NORMALIZAÇÃO

Bruno Mortara

Chegamos quase à metade de 2008 e o ONS 27 tem muito a esperar desse segundo semestre. Se por um lado em 2007 o número de novas normas publicadas diminuiu em relação ao ano anterior, por outro as que foram publicadas (e as que estão em fase final de preparação) são de extrema importância para a indústria gráfica. Então por que a expectativa com relação aos próximos meses?

Além de estarmos comemorando os 200 anos da indústria gráfica no Brasil — e isso é motivo não só de celebração, mas também de reflexões sobre o papel dos livros, jornais e revistas na constituição de uma sociedade e sua cultura —, o ONS 27 e a ABTG estão intensificando a divulgação das normas gráficas, em especial da norma do processo gráfico, a família NBR ISO 12647.

É, sem dúvida, um passo importante e demonstração de maturidade quando

uma indústria de 200 anos decide adotar regras ou normas que contribuem para a redução do desperdício, a especificação das matérias-primas, a padronização de seus equipamentos e produtos, a capacitação dos seus trabalhadores. Isso, como outros setores da indústria sabem há muito, gera mais qualidade, produtividade, segurança, eficiência e rentabilidade. A adoção de normas técnicas pela indústria gráfica é o que confere vantagem competitiva a muitas indústrias nos Estados Unidos e na Europa e certamente será assim também aqui no Brasil. Sempre que adotamos procedimentos registrados e testados deixamos de ser artesãos e nos tornamos industriais.

Falando dessa passagem de artes gráficas para indústria gráfica, a maior resistência que ainda temos no Brasil é a falta de investimento em treinamento e capacitação dos profissionais gráficos e a baixa adoção de procedimentos de boas

práticas, também chamados de Normas Técnicas. A falta de treinamento pode ser creditada a uma visão ainda em voga no setor de que investir em um determinado equipamento gráfico extremamente caro (valioso) é bom, enquanto gastar com treinamento que não seja algo rápido, barato e pontual, é dispendioso. Ora, já se sabe que o conhecimento disseminado é aquilo que faz muitas empresas se destacarem no mercado, sendo mais competitivas e lucrativas. Além disso, as indústrias gráficas estão fazendo o que outros ramos da indústria (a automobilística, por exemplo) fizeram logo após a 2ª Grande Guerra Mundial, isto é, a utilização de boas práticas nas atividades produtivas.

As boas práticas são o registro das melhores maneiras de se executar um determinado produto ou serviço. A documentação desses procedimentos muitas vezes extrapola os muros de seus criadores e acaba por tornar-se uma especificação

da indústria. Alguns exemplos de especificação da indústria são o formato JPEG (aquele utilizado pelas câmeras digitais para salvar as imagens fotografadas) e a tomada USB (aquela porta do micro na qual conectamos o *pen drive*) e tantas outras.

Quando uma especificação é adotada amplamente, dizemos que ela se torna uma norma de fato. Isso não significa que o detentor dos direitos daquela especificação não possa pleitear *royalties* ou valores se esta for utilizada indevidamente. Pelo contrário. De certa maneira, todos pagamos um pouquinho quando utilizamos tecnologias produzidas por empresas que compraram direitos de utilização de uma certa especificação. Podemos pensar no ingresso do cinema: daqueles R\$ 16,00, alguns centavos irão para os cofres da empresa que detém os direitos sobre a tecnologia Dolby, um efeito sonoro utilizado freqüentemente no cinema e em áudio.

São muitas as boas práticas da indústria gráfica que se tornaram especificação e, entre elas, podemos citar as tarjas de controle (UGRA/Fogra) para gravação de chapas e Cromalins; as especificações norte-americanas SWOP, SNAP e GRACoL e a especificação européia Escala Europa. Muitas dessas especificações tentaram ajudar a indústria a obter consistência e repetibilidade, o principal problema de produção da indústria gráfica. Para comprovarmos isso é muito fácil: basta levar um arquivo fechado em PDF para ser impresso em três gráficas diferentes e com certeza teremos três impressos com resultados visuais e espectrais diversos. O mesmo pode acontecer quando repetimos um determinado trabalho, com certo intervalo de tempo, numa mesma gráfica!

Onde foi que as especificações falharam? E por que falharam? Bem, uma das razões é que as especificações muitas vezes estavam atreladas a um fabricante, não eram universais e nem de domí-

nio público. Além disso, há pouco tempo dispomos de tecnologia e recursos para segura aferição e controle de processos de pré-impressão e impressão. A evolução se deu no campo teórico, nos softwares e no barateamento dos espectrofotômetros e colorímetros.

Somente após os anos 1990 a indústria gráfica, os especialistas e os institutos de pesquisa se sentaram ao redor de uma mesma mesa e iniciaram um longo trabalho em direção à pavimentação de uma rodovia feita de padrões que permitiram o trânsito de novas tecnologias, abertas e públicas, feitas sobre bases confiáveis. Dentre as tecnologias que se beneficiaram dessa rodovia de normas internacionais podemos citar o PDF (ISO DIS 32000), o JDF (que não demorará muito para se tornar norma ISO), as normas ISO para tintas (ISO 2846), as normas ISO para o processo gráfico (ISO 12647), o PDF-X (ISO 15930), sem contar com um sem número de normas de suporte e metrologia, cuja função é a aferição e medição de todas as normas citadas (densitometria, colorimetria, física de materiais, etc.). As principais instituições envolvidas no processo foram a ISO, a CIE (Comissão Internacional de Iluminação), o ICC (Consórcio Internacional de Cores), a ECI (Iniciativa Européia de Cores), a ANSI (órgão normalizador americano), a Fogra (associação alemã para o desenvolvimento de tecnologia gráfica) e outros. O Brasil participa desse esforço, através de representantes na ISO, desde o ano de 1995. Esse trabalho constante de secretaria, especialistas, reuniões locais e viagens é patrocinado pelo Sistema Abigraf.

O resultado desse esforço foi um conjunto de boas práticas, sob a forma de normas internacionais da ISO. Finalmente, toda a gráfica que trabalhar em conformidade com esses padrões (especialmente a NBR ISO 12647) pode ter um padrão de qua-

lidade consistente e repetível, condição primeira e indispensável para concorrer num mercado global e competitivo.

Como disse no início deste artigo, desde o início deste ano e sobretudo nos próximos meses, o ONS 27 e a ABTG estão se dedicando à divulgação da norma do processo gráfico, a família NBR ISO 12647. Concentraremos um esforço sobre esta que é o corpo central da atividade gráfica, o imprimir. Entre as atividades programadas estão cursos, treinamentos e em futuro breve poderemos certificar aquelas empresas que adotaram e estão em conformidade com a norma NBR ISO 12647. Essas ações também serão reforçadas pela criação de um novo segmento no Prêmio de Excelência Gráfica Fernando Pini, que garantirá reconhecimento àqueles que implementarem a NBR ISO 12647-2 de maneira eficaz. ▣

BRUNO MORTARA é superintendente do ONS 27 e coordenador da Comissão de Estudo de Pré-Impressão e Impressão Eletrônica e professor de pós-graduação da Faculdade Senai de Tecnologia Gráfica.

FAMEC MOTORES

Fone/Fax (11) 5062 2415

**ENROLAMENTO E
REVISÃO DE MOTORES**

**ESPECIALIZADOS EM
MÁQUINAS GRÁFICAS
HEIDELBERG, ROLAND,
KBA, SOLNA E KOMORI**

www.famecmotores.com.br
famec@famecmotores.com.br